

Caracterização:

A efetivação do Estado democrático de direito passa diretamente pelo incentivo e valorização à participação social. Para construir e implementar políticas públicas de Juventude o direito a participação social e representação política é elementar, deve ser fomentado de modo com que os jovens sejam protagonistas na formulação, aplicação e monitoramento de tais políticas, através de mecanismos como os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Juventude, realização de Conferências periódicas e produção de dispositivos de participação digital.

No Brasil estão em efetivo funcionamento o Conselho Nacional de Juventude, cerca de 12 Conselhos Estaduais, e algumas centenas de conselhos municipais desde 2005. Estes conselhos e conferências têm como marca de atuação espaços equânimes de participação entre poder público e sociedade civil, valorizando as múltiplas identidades na construção efetiva de mobilização e políticas para juventude.

Em 10 anos de Políticas Públicas de Juventude foram realizadas 02 Conferências Nacionais que resultaram na criação, mobilização e aprovação da PEC 65/10 da Juventude em 2010, 04 Encontro Nacionais de Conselhos de Juventude (2009, 2010 e 2013), o Estatuto da Juventude em 2013 e uma das principais políticas de enfrentamento à violência contra a juventude negra - Plano Juventude Viva. Atualmente o CONJUVE percorre o Brasil realizando a Caravana #MaisDireitos para Mudar o Brasil, organizando intervenções políticas em todas as regiões a fim de divulgar o Estatuto da Juventude, mobilizar a 3º Conferência Nacional de Juventude e atuar na luta contra a Redução da Idade Penal.

O desafio na realização da participação social - individual e coletiva - da juventude brasileira orienta a estratégia de transparência do Governo Federal ao mesmo tempo em que incentiva a atuação juvenil nos territórios para transformação da sua realidade social e política. Oportunizar jovens de 15 a 29 anos serem agentes de mudanças através da livre associação aos movimentos e organizações juvenis em diálogo e ação junto ao poder público é renovar práticas governamentais, incorporar experiências e tecnologias sociais já realizadas nas cinco macrorregiões do país ao projeto de desenvolvimento nacional em curso, emancipador e capaz de valorizar os sujeitos na sua diversidade.